



EDITORIAL

Cristiane Tonezer*
Juliano Luiz Fossá**

* <https://orcid.org/0000-0002-0948-3809>

** <https://orcid.org/0000-0002-9658-4850>

Esta edição da Revista Grifos apresenta aos leitores seis artigos de 13 autores, os quais contribuem para problematizar temáticas relevantes e contemporâneas de diferentes áreas de conhecimento que dialogam com as linhas do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó. Os temas apresentados contribuem, também, de maneira efetiva para a Área de Planejamento Urbano e Regional na medida em que refletem sobre dinâmicas regionais, políticas públicas e sociais, processos e estruturas de governança, agricultura familiar e segurança alimentar, ruralidades e gênero a partir de análise de dados empíricos, teóricos e documentais em diferentes contextos regionais. A edição está organizada em três partes temáticas.

O primeiro conjunto de artigos aborda sobre populações que enfrentam situação de vulnerabilidade social e carência do apoio estatal. Maria Assunta Busatto, Teresinha Rita Boufleuer e Junir Antonio Lutisnki no artigo **Percepções de famílias atingidas pela implantação de usina hidrelétrica sobre geração e enfrentamento de vulnerabilidades** objetivam identificar a geração e formas de enfrentamento de vulnerabilidades de famílias atingidas pela implantação de uma usina hidrelétrica. Os resultados demonstraram que os enfrentamentos das vulnerabilidades, na ótica das famílias entrevistadas, se dão basicamente no âmbito individual e familiar, com pouco apoio da comunidade e de órgãos públicos e outras entidades que pudessem contribuir na minimização dos problemas decorrentes do empreendimento e que afetam esse grupo de atingidos. No artigo **A atuação jurídica do Estado brasileiro na migração haitiana a partir do estado do Acre (2010-2015)** de Tayson Ribeiro Teles os autores dialogamos sobre a atuação estatal brasileira nos eventos relacionados à migração massiva de haitianos que chegaram ao país a partir do estado do Acre, no começo de 2010. A investigação de campo revelou demonstram ter havido um misto de ineficiência administrativa e legalismo exacerbado por parte do Estado brasileiro, que demorou para perceber a complexidade e a dimensão da questão migratória haitiana.

O segundo conjunto de artigos aborda sobre o tema das políticas públicas para a agricultura familiar no artigo **Aquisição institucional de produtos da agricultura familiar: apontamentos sobre aspectos operacionais da política pública** de Silvana Przybyzeski a autora se propõe a uma análise sobre as diretrizes para a definição dos preços contratuais nas aquisições públicas de produtos oriundos da agricultura familiar e a verificar se as hipóteses legais que autorizam a revisão contratual são condizentes com a realidade da produção agrícola, sujeita, por natureza, ao risco de oscilações significativas dos preços, de difícil previsão. Como resultado a autora observou que a política de facilitação das contratações públicas para o agricultor familiar pode não lograr êxito se for complexa em

sua execução e não se atentar às peculiaridades do setor quanto à definição dos preços e a gestão dos riscos inerentes à produção agrícola. Carla Rosane Paz Arruda Teo, Márcia Pozzagnol Mossmann, Roberta Lamonatto Taglietti, Rozane Marcia Triches no artigo denominado **Agricultura familiar, alimentação escolar e a geração de oportunidades sociais para o desenvolvimento: experiências catarinenses** que objetivou conhecer como vem se construindo a interface entre a agricultura familiar e a alimentação escolar, a partir das experiências de oito municípios do estado de Santa Catarina na implementação da Lei nº 11.947/2009, a qual determinou a obrigatoriedade da compra de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Os achados do estudo apontaram alguns entraves no contexto de implementação da Lei: resistência às mudanças, assistência técnica insuficiente, dificuldades de logística e insuficiente produção local.

Os últimos dois artigos versam sobre o tema do desenvolvimento e sustentabilidade. Fabíola Graciele Besen, Clério Plein, Marcos Andrade, Valdir Serafim Junior no artigo **Território, desenvolvimento e sustentabilidade – reflexões a partir da teoria de Karl Polanyi** buscam apresentar uma reflexão sobre desenvolvimento, território e sustentabilidade a partir das contribuições de Karl Polanyi (1886-1964) e de um conjunto de autores que tratam das temáticas abordadas. Como resultado conclui-se que as estratégias de desenvolvimento territorial sustentável vão se consolidar quando ocorrerem as mudanças das estruturas econômicas e políticas, na busca de uma nova ordem social. Por isso, a necessidade da construção de instituições democráticas que tenham papel atuante na sociedade, enquanto instâncias mediadoras entre as estruturas socioeconômicas e os indivíduos, os atores do desenvolvimento. No texto **Sustentabilidade financeira em negócios sociais** de Fábio Luiz Papaiz Gonçalves, Cibele Roberta Sugahara, Denise Helena Lombardo Ferreira discorre sobre as principais fontes de recursos financeiros dos Negócios Sociais. Como resultado os autores evidenciam que a principal fonte de recursos financeiros dos negócios provém da comercialização de bens e serviços ofertados para a sociedade e que o fortalecimento das condições que garantam a sustentabilidade financeira do empreendimento social perpassa pelo reconhecimento da sua importância na geração de valor socioambiental de forma perene para a promoção de uma vida digna.

Boa leitura a todos!

Equipe Editorial.